

PSICOLOGIA POLÍTICA, PODER E PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÕES DE MIRTA GONZÁLEZ SUÁREZ

Geovanna Victoria Antunes Pilavdjian (IC) e Felipe Corrêa Pedro (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Poder e patriarcado são conceitos fundamentais para a compreensão das relações sociais contemporâneas. Levando isso em conta, o presente artigo tem como principal objetivo compreender e analisar as principais contribuições da obra de Mirta González Suárez para essa discussão dentro do campo da Psicologia Política. O procedimento metodológico utilizado é a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir dos escritos da autora. Tal pesquisa pretende contribuir com a construção de um ferramental teórico-analítico para facilitar a compreensão da grande quantidade de informações que circulam atualmente na sociedade, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. Ela também pretende explicitar a clara relação entre Psicologia Política, poder e patriarcado, conceitos muitas vezes indissociáveis quando se analisam as relações sociais. Em acordo com as ideias de Mirta González Suárez, o presente artigo ressalta a importância de enxergar o patriarcado como uma forma de poder, o qual incentiva comportamentos que perpetuam a realidade da dominação masculina, além de frisar que a superação do patriarcado é indispensável para o alcance da igualdade de gênero. Finalmente, o artigo argumenta que somente com a obtenção de equidade de gênero é possível a construção de um ambiente saudável, tanto para as mulheres, quanto para os homens dentro da sociedade.

Palavras-chave: Psicologia Política. Poder. Patriarcado.

ABSTRACT

Power and patriarchy are both key concepts to understand contemporary social relations. Taking these concepts into account, the main objective of this article is to understand and analyze the main contributions of Mirta González Suárez's writings to this discussion within the Political Psychology field. The methodological procedure used is bibliographic research, developed from the author's writings. This research intends to contribute to the creation of a theoretical-analytical tool to make it easier the understanding of the large amount of information that is currently around society, both in the academic world and in society in general. It also intends to explain the clear relation between Political Psychology, power and patriarchy. These concepts are often inseparable when analyzing social relations. Along with Mirta González Suárez's ideas, this article emphasizes the importance of dealing with patriarchy as a mean of power since it encourages behaviors that perpetuate the male domination reality. It also emphasizes that overcoming patriarchy is indispensable to achieve

gender equality. In the end the article argues that only with the achievement of gender equity it is possible to build a healthy environment, both for women and men within society.

Keywords: Political Psychology. Power. Patriarchy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a Psicologia Política, as relações de poder e a questão do patriarcado na obra da psicóloga costarriquenha Mirta González Suárez.

A principal motivação para a escolha desse tema explica-se pelas observações da realidade atual, em que qualquer relação que envolva mais de uma pessoa tem poder envolvido e questões de gênero ainda estão muito enraizadas na sociedade, e pelo interesse nas problemáticas que envolvem o tema em questão – machismo, divisões desiguais de poder e visão de mundo patriarcal, adotada pela maioria das sociedades, em que os homens são colocados em condição superior às mulheres em qualquer uma de suas atribuições ou características. Poder e patriarcado são, inquestionavelmente, conceitos centrais para a compreensão das relações sociais contemporâneas.

Por isso, a questão que esta pesquisa procura responder é: Quais são as maiores contribuições da obra de Mirta González Suárez para as discussões sobre poder e patriarcado na Psicologia Política?

Antes de tudo, é necessário apresentar brevemente essa autora. Mirta González Suárez é psicóloga social, romancista e professora de Psicologia na Universidade da Costa Rica, responsável por inúmeros estudos e pesquisas sobre Psicologia Política e a questão das mulheres. Dentre suas produções destacam-se textos como *Psicología Política* [Psicologia Política], “Feminismo, academia y cambio social” [Feminismo, academia e mudança social], “Psicología Política y Feminismo” [Psicologia Política e Feminismo] e “Feminismo, feminismos: avances hacia la equidad de géneros” [Feminismo, feminismos: avanços para a equidade de gêneros]. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, 2002, 2013, 2010).

Em seus estudos, Mirta apresenta reflexões acerca das relações que envolvem poder e patriarcado, relacionando-as e apresentando subsídios teóricos e práticos vinculados ao campo da Psicologia Política que permitem compreendê-las. Seus estudos possuem destacadas contribuições teóricas e inegável rigor acadêmico-científico; são críticos, negam os determinismos e oferecem ao conflito social um espaço importante na explicação das relações sociais.

Dentre esses subsídios encontra-se a problemática do feminismo. Por exemplo, no artigo “Psicología Política y Feminismo”, Mirta explicita a contribuição do feminismo para uma ciência livre de machismo e discriminações, assim como a importância de revisões teóricas e metodológicas nesse âmbito. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013). No artigo “Feminismo, feminismos” e no livro *Psicología Política*, ela

propõe uma relação direta e interativa entre Psicologia Política e feminismo e apresenta a relevância social dessa discussão e de seus impactos. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010, 2008).

Sobre as relações de poder, Mirta destaca que a Psicologia Política enfatiza os aspectos que dizem respeito à tomada de decisão a partir de suas estruturas. Ela explica que o feminismo estuda o patriarcado e suas consequências na sociedade, ou seja, as estruturas de poder que colocam os homens em posição e condição superior às mulheres, seja no trabalho, na política, na sociedade, na educação ou em outros âmbitos da sociedade.

Mas ela também destaca que, num contexto de relações de poder patriarcais, homens e mulheres são influenciados e afetados de maneira negativa, por mais que a opressão direta atinja mais profundamente as mulheres. De modo que o feminismo, para ela, além de ser uma teoria, também pode subsidiar a realização de ações políticas com o fim de superar o patriarcado e melhorar as condições não apenas das mulheres, mas também dos homens. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

Este artigo tem como objetivo geral a compreensão e a análise, por meio de uma pesquisa bibliográfica, das principais contribuições da obra de Mirta González Suárez para as discussões sobre as relações de poder e a questão do patriarcado na Psicologia Política. Os objetivos específicos são: 1.) Conhecer a obra da autora; 2.) Identificar os textos mais importantes que abordam a temática poder e patriarcado; 3.) Realizar uma análise sistemática desses textos; 4.) Produzir um balanço sintético e analítico das principais contribuições de Mirta nesse campo.

Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir dos escritos de Mirta González Suárez. Por ser uma pesquisa bibliográfica, foi desenvolvida ao longo de diversas fases. Como explicado por Antonio Carlos Gil:

A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser entendida como um processo que envolve as etapas: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto. (GIL, 2002, p. 59-60).

Os passos principais que foram levados a termo nesta pesquisa foram: 1.) Levantamento bibliográfico preliminar com identificação e localização de fontes principalmente na internet e em bibliotecas; 2.) Leitura exploratória para selecionar os principais escritos da autora; 3.) Leitura analítica e interpretativa dos textos; 4.) Planejamento da estrutura do artigo; 5.) Redação.

O levantamento bibliográfico foi feito virtualmente e através da solicitação de seus escritos diretamente para a autora, em que textos com conteúdos relacionados a Psicologia Política, poder e patriarcado foram selecionados. A partir desses textos, foi feita uma discussão individual acerca de cada tema e, posteriormente, uma conexão entre os três.

Os textos analisados escolhidos foram: “Feminismo, academia y cambio social” [Feminismo, academia e mudança social], “Feminismo, feminismos: avances hacia la equidad de géneros” [Feminismo, feminismos: avanços para a equidade de gêneros], *Psicología Política* [Psicologia Política] e “Psicología Política y Feminismo” [Psicologia Política e Feminismo]. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2002, 2010, 2008, 2013).

Com isso, pretende-se contribuir com a construção de um ferramental teórico-analítico para facilitar a compreensão da grande quantidade de informações que circulam atualmente na sociedade, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 PSICOLOGIA POLÍTICA: TRANSVERSALIDADE E MULTIDISCIPLINARIDADE

A Psicologia Política, de acordo com a psicóloga social e cientista política venezuelana Maritza Montero, – cuja obra é referência neste campo – pode ser compreendida de diversas maneiras distintas e não está, definitivamente, estabelecida. Maritza aponta três maneiras como, atualmente, a Psicologia Política vem sendo definida. Uma delas é como o estudo da interação entre fenômenos políticos e os processos e fenômenos psicológicos. As principais contribuições, nesse caso, são as explicações teóricas dos fenômenos políticos, com base conceitual e teórica embasada na Psicologia (Montero, 2009, p. 202-203).

Outra definição – que enfoca as relações entre público e privado no processo de entendimento da interação e relação entre indivíduo e sociedade, por meio de aparatos políticos e psicológicos, que têm forte influência e se inter-relacionam em pesquisas de maior abrangência sobre poder – exposta por ela é a maneira de enxergar a Psicologia Política como

um espaço multidisciplinar que se ocupa de descrever, analisar e explicar os fenômenos que dizem respeito à vida pública, em função das prescrições sociais geradas para organizar esta vida, e dos mecanismos de poder que nela operam, evidenciando os recursos comunicativos, persuasivos e de força empregados neste espaço. (Montero, 2009, p. 204).

Por fim, ela apresenta outra abordagem, que considera que a Psicologia Política deriva da Psicologia Social com enfoque nos conhecimentos dos acontecimentos políticos de uma sociedade. Porém, a Psicologia Social não é a única Psicologia da qual a Política deriva. Também são advindos da Psicologia Clínica interesses em figuras políticas para analisar seus caracteres psicológicos e patológicos. As ações, decisões e ideias de pessoas envolvidas na política influenciam a sociedade como um todo, de modo que a vida das pessoas também é influenciada por essas atitudes. Ou seja, sem levar a origem em consideração, ambas têm o intuito de utilizar a Psicologia para compreender a política, seus participantes e seus acontecimentos (Montero, 1993, p. 7).

A Psicologia Política tem como principal objetivo compreender os processos organizacionais relacionados às grandes mudanças que afetam as ações, os pensamentos e os valores do ser humano, em sua história pessoal e coletiva, fomentando o desenvolvimento da saúde mental na perspectiva dos direitos. Não é simplesmente um aspecto ou área da Psicologia, mas um campo que abrange interesses transversais multidisciplinares. Ou seja, baseia-se em analisar ativamente os processos políticos e seus impactos na subjetividade, bem como a influência da Psicologia para a mudança social, especialmente por meio de desenvolvimento de políticas públicas.

A multidisciplinariedade da área é evidenciada ao se analisar a indivisibilidade da Psicologia e da Política, explicitada à medida que a primeira estuda o comportamento, o que faz as pessoas sentirem, analisarem e agirem no meio, e a segunda se concentra na distribuição de poder, que está vinculada à capacidade de influenciar as tomadas de decisão. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

A indissociabilidade dessas duas posições também se evidencia a partir do momento em que ambas visam ao entendimento dos aspectos sociais e pessoais da esfera política, além de avaliar como essa esfera influencia e usa a Psicologia em seu próprio benefício. A ética profissional se mostra de maneira explícita nesses aspectos. Isso ocorre porque

[...] surge a opção de a Psicologia entrar no jogo de mercado vendendo seu conhecimento ao maior lance e, assim, contribuindo para a alienação por meio de campanhas que beneficiam quem as pagam, ou se antes busca o desenvolvimento do conhecimento para que a população possa compreender as formas de ocultação e persuasão em campanhas eleitorais ou a venda de ideias. A segunda [alternativa de uso da Psicologia] reflete a influência dos grupos poderosos sobre a tarefa psicológica, usando-a novamente, seja para beneficiar os dominantes ou para democratizar e defender os direitos humanos. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, p. 12).

Na esfera pessoal, a influência dos grupos poderosos é bastante refletida sobre o campo psicológico, beneficiando os dominantes ou democratizando e defendendo os direitos humanos. Partindo de pressupostos éticos, a Psicologia Política deve ter dois objetivos centrais: a expansão da democratização e dos direitos humanos.

Portanto, são essenciais para a Psicologia Política: a análise crítica das estruturas de poder e seus interesses, os posicionamentos acerca do desenvolvimento social equitativo, o compromisso com uma mudança em direção ao bem-estar com consciência, a análise dos resultados da perspectiva do desenvolvimento e dos direitos humanos, a interrelação permanente sociedade-Estado-academia e a luta política pela mudança social participativa para o bem-estar social.

Enfim, a Psicologia Política tem sua relevância reafirmada na relação entre personalidade e organização política, já que o contexto social é decisivo na definição das alternativas e dos modos de vida das pessoas. A organização política é responsável por definir a vida dos indivíduos de uma sociedade, das famílias e de suas respectivas sexualidades com mais ênfase do que a própria família e seu ambiente imediato. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

2.2 PSICOLOGIA POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER

A Psicologia Política concentra sua ação no estudo da influência das tomadas de decisão a partir das estruturas de poder sobre as pessoas e vice-versa. Ou seja, a sociedade é feita de pessoas, e elas se comunicam e se relacionam dentro um ambiente complexo de relações de poder. A política exige o exercício do poder e é uma ação intrínseca à organização social.

Afinal, a Psicologia está muito ligada às relações de poder, já que são as pessoas que o exercem ou sofrem suas consequências. Além disso, o poder é questão central para entender e explicitar as relações sociais. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

Em um contexto social, a criação de políticas públicas é de extrema importância. Para obter êxito, deve seguir a seguinte ordem:

1. Estabelecer uma necessidade prioritária, 2. Definir o problema, 3. Obter indicadores, 4. Identificar causas, 5. Avaliar as políticas públicas existentes, 6. Desenvolver soluções, 7. Escolher a melhor alternativa, 8. Definir um sistema participativo, 9. Analisar as forças e pressões, 10. Determinar uma estratégia política, 11. Elaborar critérios de sucesso e de avaliação. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, p. 149-150).

Essencialmente, as políticas dependem de inúmeros fatores, dentre eles: ideologia dos grupos que influenciam o Estado, pressão política de várias forças –

especialmente de grupos sociais organizados –, influência internacional, especialmente por parte da ONU e influência e demanda dos países mais influentes e poderosos.

A configuração política social explicita que o Estado e a sociedade se inter-relacionam e se intercomunicam, de modo que o primeiro está sujeito à segunda, para a qual deve prestar contas, garantir a participação e a mobilidade no poder. Se o Estado se apresenta como defensor e detentor do poder, voltando-se apenas à manutenção do *status quo*, ele defende privilégios e, principalmente, os bens econômicos. E, com isso, o desenvolvimento da sociedade é impedido.

A organização dos grupos sociais, no passado, definia aqueles que detinham poder e aqueles que podiam apropriar-se ainda mais de riqueza e influência através da força, da tradição ou de outros meios. Por estar relacionada ao poder econômico, a manutenção do poder político derrubou grupos historicamente dominantes que perderam sua influência econômica. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

As lutas de grupos específicos contra essa concentração de poder produziram, e ainda produzem, mudanças em situações previamente feitas e aceitas normalmente, tornando-as inaceitáveis e/ou ilegais, como

a violência doméstica: há alguns anos era considerado um fato estritamente privado que "se resolvia na cama", enquanto agora é um ato criminoso que pode levar à saída do agressor de casa, seu julgamento e pena. A mesma coisa acontece com as relações sexuais com adolescentes – antes uma graça para contar entre amigos – agora um ato criminoso em muitos países. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, p. 105).

Em uma sociedade não democrática, os controles político e econômico caminham juntos. A exclusão em ambos os níveis afeta a autoestima e a capacidade de tomar decisões livres. É necessário levar em consideração que, embora as forças armadas se apresentem como defensoras da soberania, na América Latina elas

[...] têm sido a principal forma de repressão de seus povos, juntamente com a relação com o poder econômico que o relaciona diretamente como uma parte importante do aparelho corruptor do Estado. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

Os interesses de grupos poderosos, nacionais ou internacionais, são essenciais para analisar ascensões ao poder e seus envolvidos, o que explicita a necessidade de serem feitas análises psicológicas acerca dos que vão em direção ao poder e o atingem e das estruturas envolvidas. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

A partir da necessidade de estabelecer vínculos sem dominação, surge a opção de estabelecer relações equitativas. Nesse sentido, a terapia de casal é questionada

em caso de violência, já que ao menos uma das partes precisa de seu espaço pessoal para se separar, ganhar autonomia e tomar decisões importantes a partir de reflexões e experiências. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

Finalmente, portanto, é de extrema importância analisar a distribuição de forças, processo que requer a elaboração de um mapa de poder social, em que serão considerados: forças favoráveis e contrárias e autoanálise do poder dos diferentes setores da sociedade civil, que inclui a comunicação, de forma que receba os comentários participativos relevantes. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

2.3 CONCEITO DE PODER

O poder é a capacidade de pessoas influenciarem outras ou decidirem por outras, podendo ser exercido a partir de várias esferas: pessoal, relações interpessoais, família, comunidade grupos organizados e Estado. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008). Além disso, ele envolve os processos de tomada de decisão nas instituições e estruturas de poder. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

O poder é inerente à organização social e não pode ser considerado ruim em todas as situações. Quando se associa aos escalões superiores, nos quais geralmente há abuso, uma imagem socialmente ruim é apresentada. Ele é negativo quando usado em benefício pessoal, em vez de visar ao desenvolvimento geral. Por exemplo quando o Estado não toma medidas para evitar que as indústrias despejem resíduos nos rios, já que, nesse caso, não exercer o seu poder prejudica a sociedade. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

A partir do momento em que duas pessoas estão relacionadas, o poder se mostra presente. Nesse caso, as pessoas, por terem consciência da força de seus grupos numerosos, tendem a estruturar a sociedade a partir da liderança e por meio de governos, em suas mais variadas formas.

Historicamente, o poder era usualmente atribuído a quem vencesse uma guerra. Ou seja, era definido e imposto de maneira violenta e, posteriormente, conservado pelas famílias (estruturas de proteção), sempre endossado por autoridades divinas e responsáveis por validar as tomadas de decisões, sem necessariamente levar em conta os interesses dos grupos majoritários. Dessa forma, uma das maneiras mais exitosas de alcançar a submissão ao poder estabelecido é apresentá-lo como derivado de Deus, ou seja, torná-lo inquestionável. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

Mas também essa submissão ao poder pode ser estabelecida a partir da violência. Esse é o caso do Estado, que usa a repressão e opressão como meio de controle tem como principal objetivo manter a ordem por meio de um respeito forçado às autoridades, sem abrir espaço para questionamentos e diálogos que possam ameaçar a soberania política e econômica e, inclusive, punindo esse tipo de manifestação em algumas situações. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

Inúmeros benefícios podem advir do poder, de modo que sua conquista é muito apreciada. Em relação aos benefícios ou malefícios, eles não dependem necessariamente da pessoa que está no poder, mas das políticas públicas que abrem ou fecham o acesso de diversos grupos sociais, como o impedimento à reeleição. É necessário que diretrizes restritivas existam para que os grupos que estão no poder não usem recursos gerais para permanecer nele.

O poder social pode ser garantido e definido não apenas pela manutenção e presença de uma figura, mas também por gestos, expressões e roupas, que são parte de uma comunicação simbólica.

As discussões e questionamentos sobre modelos adequados de Estado e das estruturas de poder é inerente às relações humanas e à vida em sociedade. Como sociedade, as pessoas tendem a tentar melhorar suas condições de saúde – física e mental –, o que implica reflexões acerca de como os grupos dominantes estão se posicionando e respondendo a essas necessidades. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

A apropriação do poder consiste em fazê-lo concentrar-se em grupos distanciados da cidadania e pode ser realizado ao:

- Impor a dominação pela violência
- Não entregar o poder a quem por direito ele pertence
- Simular que os cidadãos escolhem por voto
- Fingir que os grupos participantes são diferentes, quando eles têm os mesmos interesses
- Utilizar candidaturas que sejam apenas corretivos do "poder atrás do trono" (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, p. 75).

2.4 PODER E GÊNERO: A QUESTÃO DO PATRIARCADO

O patriarcado, como uma das principais formas de organização de poder social, é caracterizado pelo uso de complexos esquemas de exploração, sustentados pela violência, seja ela explícita ou implícita. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2002). Além disso, trata-se de uma

construção social em que os homens e suas ações são mais valorizados socialmente do que as mulheres, que são oprimidas e exploradas. O termo

considera as estruturas de poder e a violência para mantê-lo. A discriminação por sexo, típica desse sistema, é chamada de sexismo. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

O controle patriarcal tem como suas duas principais premissas a crença de que homens e mulheres são essencialmente diferentes e a necessidade do estabelecimento de uma maior valorização dos papéis sociais atribuído aos homens.

A ideologia patriarcal atinge diversos aspectos sociais como: 1.) Divisão em esferas de feminino e masculino: o mito da diferença de condutas e a imposição de que homens devem tomar decisões importantes e que as mulheres são dependentes deles; 2.) Poder social: mulheres são educadas para propagar a ideologia patriarcal e sua responsabilidade social está concentrada em casa, enquanto a esfera pública é um ambiente essencialmente masculino; 3.) Sexismo ou discriminação de gênero: ocorre quando não é permitido desenvolver potencialidades simplesmente por pertencer a um certo grupo e se reproduz a naturalização de estereótipos que não permitem que mulheres e homens se desenvolvam de acordo com seus interesses e potencialidades; 4.) Controle do corpo das mulheres: quando se produz uma violação das regras, as mulheres são culpadas pela agressão que recebem; 5.) Violência: homens são educados para a violência como forma de manter o controle e são reprimidas quaisquer expressões violentas que partam de mulheres. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2002).

A reprodução da tênue dominação psicológica advém da normalização da discriminação. Logo:

- Não questiona as relações de poder patriarcais e tende a colocar todas as pessoas no mesmo nível de responsabilidade.
- Considera que as mulheres "normais" são aquelas que se adaptam a condições sociais preconceituosas.
- Valida os estereótipos de gênero, papéis tradicionais e estrutura de poder desigual.
- Quando reconhece o dano que é causado à mulher, parte da responsabilidade das próprias vítimas em vez de questionar os agressores.
- Parte da necessidade de se "adaptar" à situação, em vez de propor mudanças sociais para resolver a desigualdade.
- Isenta os homens de responsabilidade.
- Dividir entre ação profissional e ação política, evitando um compromisso com a mudança equitativa. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010, p. 29).

As diferenças impostas pelo gênero são frequentemente apresentadas no ambiente de trabalho e se mostram como parte de um eixo transversal quando são analisadas as relações violentas e autoritárias. Além dessa questão no campo laboral, relações violentas e autoritárias com mulheres ocorrem em todos os ambientes, inclusive domiciliar.

Ao se deparar com uma intervenção em relação a homens violentos, deve-se levar em conta que, apesar da violência contra a mulher ser parte de uma construção social, ela para ocorrer, também deve ser desejada por quem pratica. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

As intervenções com agressores devem se concentrar principalmente no comportamento violento. Independentemente de outros tipos de relacionamentos, a intervenção deve se concentrar em como o homem vitimiza e controla sua parceira. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008, p. 162).

Fatores políticos, históricos e culturais podem ser vistos como influência para criar um contexto de comportamento violento e a forma como ele ocorre, mas esses não desculпам e nem justificam a agressão.

2.5 GÊNERO E FEMINISMO

Gênero se refere à divisão de papéis socialmente construídos pelo sexo. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

Analisando situações comuns da vida cotidiana relacionadas a gênero, é fácil deduzir que as mulheres, graças à educação que recebem, tendem a assumir comportamentos mais calmos, gentis e submissos. Além disso, a sociedade tende a penalizar fortemente mulheres que assumem posições dominantes, o que é bastante valorizado no caso dos homens. Do ponto de vista de atratividade, homens com comportamento dominante e mulheres com comportamento submisso tendem a ser mais atrativos para os outros. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

As relações de gênero referem-se à análise social e pessoal de crenças, símbolos, práticas, promoções e restrições, distribuição de poder e economia, relação com o corpo, avaliação de ações e propostas, regras formais e informais, enfim, tudo que deriva de as construções culturais que enquadram a comunicação entre homens e mulheres. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010, p. 3).

Feminismo é uma posição teórica e uma proposta social, que visa à eliminação do patriarcado, para que homens e mulheres sejam capazes de se relacionar como seres humanos em igualdade de condições, em que estruturas de abuso de poder e violência sejam abandonadas. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2002).

O feminismo possui, portanto, dois pilares: trata-se de uma teoria que possui visão de mundo, ética e procedimentos, mas que também considera uma visão de sociedade, e promove uma ação política para superar o patriarcado. O segundo aspecto é essencial para teoria ser considerada ou não feminista. Por isso, as lutas

foram subdivididas em organizações de mulheres (grupos que visam a um objetivo político) e organizações feministas (grupos que visam à superação patriarcado).

Nesse sentido, algumas instâncias propõem o alcance de soluções práticas sem questionar o sistema de poder, o que se mostra inviável ao outro grupo. Indo na contramão do patriarcado, o feminismo considera central revelar e desvelar estruturas de poder e estimular a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

A crítica feminista é multidisciplinar e transversal, já que está presente em todos os âmbitos sociais, educacionais e políticos. A inserção dos estudos feministas na sociedade e, principalmente, nas universidades, retirou as mulheres de uma posição de objeto de estudo, em que não tinham espaço para exporem suas próprias condições, ideias e opressões sofridas, além de não poderem opinar nas pesquisas acerca dos métodos utilizados e objetivos. Antes dessa inserção, a maioria dos estudos apresentava a mulher como algo homogêneo e sem diferenças entre si. Ou seja, a diversidade era ignorada e não eram consideradas variáveis de idade, raça, origem, classe, sexualidade, culturais, entre outras.

Ademais, sempre era feita uma análise machista, já que os pesquisadores eram homens e não davam voz às mulheres, o que revela a necessidade de, cada vez mais, ir contra a ciência embasada em conceitos patriarcais que não considera os problemas sociais de gênero. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

O machismo está presente em todos os ambientes, como na academia e em todos os níveis de ensino. No ensino superior, também está presente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. As produções acadêmicas e científicas sempre tiveram, em sua essência, um saber androcêntrico – voltado para os homens – e machista.

Porém, a produção acadêmica uniu forças para elaborar uma teoria: o feminismo. Essas pesquisas e publicações permitiram que as vozes das mulheres fossem ouvidas e questionassem o androcentrismo – perspectiva que coloca o homem como único modelo de representação coletiva, elevando o ponto de vista masculino acima de qualquer outro –, constantemente presente no âmbito científico.

Esse antigo formato parecia normal e coerente antes de ser visto como forma de violência e exclusão. A mudança se deu graças ao reconhecimento das lutas femininas que visam à equidade, ao desvelamento do saber como componente das estruturas de poder e à importância de questionamentos acerca de práticas e conhecimentos fundamentados em discriminação e exclusão.

Foi então criada a abordagem de uma teoria científica que permitia a compreensão da sociedade e das pessoas considerando os seus direitos e construção de um conhecimento coerente e participativo como base da equidade. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

Ainda sobre ciência, apenas no século passado foi desenvolvida uma postura epistemológica que permite o estudo, o questionamento e o levantamento de alternativas para a equidade. Essa dinâmica de opressão-consciência-necessidade de mudança proporciona o reconhecimento de dois aspectos do feminismo: é uma teoria, com conceitos, ética e procedimentos, mas também abrange uma visão de sociedade, que proporciona a criação e existência de ações políticas visando à superação do patriarcado.

Nesse sentido, a necessidade de inclusão do conhecimento aos processos de mudança social se baseando e considerando as teorias e práticas feministas é de extrema relevância e tem forte importância para ajudar a desestruturar as relações sociais de poder. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

Algumas ações feministas que transformaram a construção do conhecimento formal e informal, produzindo mudanças na sociedade em geral e no meio acadêmico, são:

- O posicionamento do patriarcado como eixo principal de análise de estruturas de poder opressoras.

- O reconhecimento dos direitos humanos como eixo ético.

- A perspectiva de gênero e a análise crítica do androcentrismo.

- A apropriação do corpo como central na tomada de decisões.

- O desvelamento da linguagem como parte da discriminação social.

- A ampliação do conceito de política, incluindo tanto a esfera pública como privado.

- A inter-relação movimentos sociais-academia e políticas públicas. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013, p. 518).

O conceito de equidade extrapola o de igualdade, ao assumir a necessidade de distinguir e de estabelecer prioridades em relação às pessoas ou aos grupos discriminados para alcançar igualdade de oportunidades.

Para que sejam feitos avanços, e para que a sociedade se mostre mais igualitária no quesito de gênero, é importante que se mantenha a proporção em relação à população e às posições que as pessoas ocupam, principalmente nas posições de poder, a fim de garantir voz e participação na democracia. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

Por fim, para que seja possível a obtenção de igualdade de gênero, a superação do patriarcado se mostra indispensável. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013). Os conceitos de patriarcado e gênero são interdependentes e constituem pilares centrais da teoria feminista. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

2.6 DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os chamados “três Ds necessários: democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável” para uma vida plena são os objetivos do feminismo e de outros movimentos sociais. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013, p. 512).

A democracia implica a inter-relação permanente entre as pessoas em posições de poder com o resto da sociedade, para os quais deve ter não apenas abertura, mas também incentivo para influenciar os vários processos que dizem respeito a ela. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

Para se reforçar a democracia, é fundamental o estabelecimento de demandas palpáveis, assim como a proposição e a implementação de políticas públicas. Algumas propostas mínimas são o direito à igualdade de oportunidades, o direito de viver em paz, o direito à justiça econômica, o direito à participação democrática, o direito à sexualidade e à procriação livre e informada, o direito ao amor diverso, o direito a um meio ambiente saudável e sustentável. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013).

Os direitos humanos, a partir da correlação entre feminismo, Psicologia Política e Estado, não podem ser entendidos como “objetos de estudo”, já que é necessária a incorporação de três processos na academia e nas pesquisas:

1. O reconhecimento das lutas sociais como motor de mudança.
2. O desvelamento da ciência como parte das estruturas de poder e, portanto, a necessidade de questionar práticas e teorias baseadas na discriminação e exclusão.
3. A priorização das questões, obtida pelas demandas de grupos violentos, implica assumir uma perspectiva de direitos com vista à construção de um saber relevante e participativo. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013, p. 519).

A Psicologia e a terapia não sexistas pressupõem que os estereótipos de gênero não devem conduzir o processo, e que a singularidade de cada pessoa deve ser priorizada, e não o seu sexo. A Psicologia feminista valoriza a voz das mulheres e dá direito ao homem de questionar e avaliar as barreiras impostas pelo patriarcado.

As relações de gênero são analisadas dentro das relações de poder que exigem uma reflexão a partir dos direitos individuais de cada pessoa, como ser autônomo e capaz de tomar decisões de forma independente. Respeito, liberdade,

igualdade e pacificidade são características construídas e objetivadas socialmente, por meio de questionamentos e reflexões coletivas, por pressupostos claros e bem definidos, como igualdade de oportunidades e direitos de viver sem violência, decidir livremente e ter uma sexualidade livre e agradável, além da democratização do poder político-econômico e da construção de uma masculinidade positiva.

No âmbito político, mulheres questionaram a separação entre o público e o privado, reivindicando que o que é privado é político. Essa reivindicação surgiu das experiências dessas mulheres com estupros e revitimizações, controle sexual e reprodutivo e impunidade dos castigos na esfera doméstica. Ou seja, o poder político estava ocupando um espaço no qual a lei e os direitos não eram válidos – no ambiente domiciliar e nos relacionamentos. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2010).

As lutas de grupos específicos – compostos por mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, homossexuais, migrantes ou outras pessoas vulneráveis – permitiram expor seus problemas para a sociedade antes da opinião pública como fatos palpáveis e insistir na não discriminação por meio de instituições estatais. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme objetivos detalhados anteriormente, o presente artigo possibilitou a compreensão e a análise das principais contribuições de Mirta González Suárez para as discussões de poder e patriarcado na Psicologia Política. Ele oferece um ferramental conceitual e analítico para que se compreendam, com maior facilidade, as dinâmicas envolvidas dentro dos temas abordados.

Pôde-se observar a clara relação entre Psicologia Política, poder e patriarcado, já que são conceitos que, muitas vezes, se mostram indissociáveis quando se analisam as relações sociais.

Para concluir e reforçar o foco da pesquisa é de extrema relevância ressaltar a importância de enxergar o patriarcado como uma forma de poder na sociedade, a qual incentiva comportamentos que perpetuam a realidade machista. De modo que, conforme colocado, a superação do patriarcado – grande objetivo do feminismo – é indispensável para a obtenção de igualdade de gênero. (GONZÁLEZ SUÁREZ, 2013). Pois somente com a obtenção de igualdade – e até mesmo da equidade – de gênero, será possível a construção de um ambiente saudável para as mulheres e homens dentro da sociedade.

4. REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Mirta. Feminismo, academia y cambio social. **Revista Educación**, San José, v. 26, n. 2, p. 169-183, 2002. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=44026217>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Mirta. Feminismo, feminismos: avances hacia la equidad de géneros. **Teorías Psicosociales**. Editorial de la Universidad de Costa Rica, San José: 2010.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Mirta. **Psicología Política**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2008.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Mirta. Psicología política y feminismo. **Revista Psicología Política**. v. 13, n. 28, p. 507-523, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2013000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MONTERO, Maritza. ¿Para qué Psicología Política?. **Revista Psicología Política**, v. 9, n. 18, p. 199-213, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200002>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MONTERO, Maritza; DORNA, Alejandro. La psicología política: una disciplina en la encrucijada. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 25, n. 1, p. 7-15, 1993. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80525101>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

Contatos: geovanna.pilavdjian@gmail.com e felipecorreapedro@gmail.com